



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

RESOLUÇÃO Nº 56/81

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 130.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Data: 09 de novembro de 1981.

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Foz do Iguaçu, para consulta à sua população sobre a criação do Município de Santa Terezinha.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º -- Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, localizada no Município de Foz do Iguaçu, a fim de consultar a sua população sobre a criação do Município de Santa Terezinha:

"Partindo da ponte da estrada de Santa Helena sobre o rio Passo Cuê, sobre por este curso, no sentido Leste até a sua nascente, aproximadamente na divisa do Município de Foz do Iguaçu, com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido Sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica que margeia a estrada velha de Guarapuava no ponto em que esta última transpõe o rio Apepu, descendo a picada acima descrita no sentido Oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17.000 metros, até alcançar a ponte localizada sobre o arroio Saga Funda, localizada na Fazenda Bonozo, no canto Sudoeste da linha divisória do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda., daí partindo em sentido Norte, seguindo a linha divisória do Patrimônio da referida firma até o ponto em que esta deriva a Leste, indo daí, em ângulo de mais de 90.º, para Oeste numa distância aproximada de 1800 metros, onde reflete ao Norte em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual segue ainda em direção Norte até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/11/81

JOÃO MANSUR

Presidente.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDAS:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O Art. 78 da Constituição passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

"Art. 78 —

Parágrafo único — Aos funcionários públicos, civis e militares, será concedido o décimo terceiro vencimento, inclusive as respectivas vantagens, que será pago juntamente com a remuneração do mês de dezembro."

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoioamento:

Nilso Sguarezi, Aguinaldo Pereira Lima, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Nestor Baptista, Nilton

Friedrich, Gernote Kirinus, Waldyr Pugliesi, Tadeu Lúcio Machado, Fiori Luiz, Cyro Martins, Gilberto Agibert Filho, Werner Wanderer, Antônio Facci e Túlio Zanchet.

JUSTIFICATIVA:

Estender aos funcionários estatutários - uma minoria hoje entre os servidores do Estado incluindo os "celetistas" - o benefício do 13.º salário, pago a todo assalariado brasileiro, é medida da mais elementar justiça.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. único - O inciso IX, do Art. 138, da Constituição, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 138 -

IX - remuneração condigna aos professores, cujos vencimentos básicos não serão inferiores a dois e meio salários-mínimos fixados para a Capital".

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoioamento:

Mário Celso, Nilso Sguarezi, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Adalberto Daros, Renato Bueno, José Domingos Scarpelini, Trajano Bastos, Darcy Deitos, Fiori Luiz, Nelson Friedrich, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Tadeu Lúcio Machado, Romero Filho, Cyro Martins, Gilberto Agibert Filho, Renato Bernardi, Lineu Turra, Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda define o que seja remuneração condigna ao professor, a partir de um mínimo de 2,5 salários-mínimos.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 139/81, Mensagem Governamental nº 114/81, que objetiva aplicar disposições do Plano de Classificação de Cargos aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei Complementar n.º 138/81 - oriundo de Mensagem Governamental, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 7 - Estatuto do Magistério, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 117/81 - oriundo de Mensagem Governamental n.º 101/81 - que estabelece medidas para a contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, conforme específica.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 32/80, que visa a criação do Município de Missal-Medianeira.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja inserido na Ata da presente sessão um voto de regozijo pelo transcurso do 47.º aniversário do Município de BANDEIRANTES, no próximo dia 15 do corrente mês.

As solenidades de caráter cívico-cultural, carinhosamente programadas e voltadas à ampla participação popular, testemunham a importância de que se reveste o acontecimento.

Em função desse espírito, esta Assembléia deve se imbuir com as autoridades e povo de BANDEIRANTES, a fim de lhes demonstrar o carinho e o apreço de que são merecedores por parte de seus representantes.

Requer, ainda, que do presente, seja dado conhecimento ao Sr. José Fernandes da Silva, Prefeito Municipal e ao Sr. Moacyr Castanho Filho, Presidente da Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão de um voto de regozijo pelo transcurso, ocorrido no dia 7 p.p., do 34.º aniversário do Município de JAGUAPITÁ.

As autoridades municipais realizaram, durante a semana, intensas festividades de caráter cívico-cultural, para dar maior ênfase ao acontecimento, com ampla participação popular.

Esta Casa, nesta oportunidade, também deseja se associar a esse evento, como demonstração do apreço que lhe merece aquela progressista comuna.

Requer ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Ilustríssimo Sr. Prefeito Municipal, Evaristo Ambrósio Gorzoni e ao Ilustríssimo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Pedro Botelho.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à COMUNIDADE UCRANIANA de Prudentópolis, Estado do Paraná, pela passagem de mais um aniversário do seu padroeiro São Josafat, cuja data é festejada com grande entusiasmo e devoção pelos seus adeptos.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Centro de colonização e abrigo de considerável falange de imigrantes ucranianos, era muito natural que PRUDENTÓPOLIS se constituísse num núcleo religioso e a cujo culto pertencessem seus colonizadores.

Isto se operou desde a vinda do primeiro missionário do rito oriental-ucraniano, que chegou a PRUDENTÓPOLIS em 1897, e sucessivamente outros sacerdotes do mesmo rito, vindo da UCRÂNIA.

Por volta de 1934 começaram a entrar em ação novos sacerdotes, já brasileiros natos, que se formaram em seminários latinos ou em Casas de Formação da Ordem Brasileira, completando e aperfeiçoando seus estudos nas Universidades de Roma.

Destes, contam-se hoje com padres seculares, da ordem de São Basílio Magno e dois Bispos.

Nossa manifestação de regozijo dá-se ao fato de que como representante da região neste Parlamento, não poderíamos deixar de nos manifestar nesta data tão significativa para aquela comunidade que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da região deste Estado.

REQUER, outrossim, dê-se conhecimento da decisão desta Casa, à D. EFRAIM BASILIO KREVEY – DD. BISPO DO RITO UCRANIANO, à Rua Maranhão, 1200 - Vila Guaíra, nesta Capital, para que sua reverendíssima transmita aos demais membros da comunidade e, também à Paróquia de PRUDENTÓPOLIS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Renato Antônio Johnsson, DD. Secretário do interior e Dr. Gilberto Geraldo Garbi, DD. Presidente da TELEPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de estabelecimento de prazo de tolerância para pagamento das contas de telefone, sem qualquer acréscimo, entre o dia 25 a 10 do mês subsequente.

A presente sugestão tem a justificá-la o fato de que os assalariados, especialmente da área privada, recebem os seus salários entre os dias 5 e 10 de cada mês e assim teriam facilitadas as suas condições para pagar a conta de telefone, sem acréscimo, pelo inevitável atraso, porque normalmente não podem fazer suas reservas até o dia 25, considerando-se ainda o exíguo prazo com que é apresentada a conta e que por vezes está além das suas previsões.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja expedido telex ao Ministro da Agricultura, ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção

(CFP) e ao Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que nova orientação seja encaminhada às agências do Banco do Brasil com relação aos EGF (Empréstimos do Governo Federal) de milho, feijão, arroz e sorgo, permitindo que as amortizações possam ser feitas no último vencimento, bem como se acabe com a draconiana cobrança impreterível no vencimento, equiparando o agricultor a um marginal, fato que se toma inconcebível pela garantia real que o produto depositado oferece.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para solicitar do Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança, enérgicas providências contra o Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, Sgt. Neri Prudente de Moraes, por estar atentando contra a liberdade religiosa com abuso de autoridade.

Que da decisão, dê-se ciência ao Excelentíssimo Sr. Governador e Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA

O direito constitucional de liberdade de culto e de religião está sendo desrespeitado pelo Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu.

Em data de 10 do corrente arbitrariamente aquela autoridade prendeu os Srs. Arlindo Gonçalves de Oliveira, de 64 anos e seu filho Neri Gonçalves de Oliveira, sem que motivos existissem a não ser que tais pessoas são religiosas como adeptos da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Levados à cadeia pública de Quedas do Iguaçu, foram submetidos a maus tratos e humilhação por parte e determinação do arbitrário delegado, que ao invés de efetuar a prisão dos agitadores que tentavam contra a liberdade religiosa dos Oliveiras, quando os mesmos estavam na rodoviária para tomar o ônibus que os levaria à Capital do Estado.

Ademais, outras pessoas foram levadas à Polícia para serem interrogadas e sofreram constrangimento ilegal.

Urge que medidas eficazes e rápidas, restaurem a garantia constitucional do § 6.º do Art. 153 da Constituição.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 142/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Aos proventos do professor e do especialista de educação, no ato de sua aposentadoria, será incorporada a média anual das remunerações percebidas por aulas extraordinárias nos últimos 5 (cinco) anos, até o limite máximo de 2/3 (dois terços) do vencimento do cargo efetivo.

§ 1.º – O disposto no “caput” deste artigo não se aplica ao professor ou ao especialista de educação que, à época de sua aposentadoria, exerça mais de um cargo efetivo, ou opte por um regime de trabalho superior a 22 (vinte e duas) horas semanais.

§ 2.º – Os proventos dessa média serão reajustáveis automaticamente sempre que houver majoração de vencimentos do

funcionalismo público estadual.

Art. 2.º — A presente lei passará a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As dificuldades porque atravessa a agricultura paranaense, quer as provocadas pelo tempo, ou geada, ou secas, ou excesso de chuvas, quer as originadas por distorções da vontade humana, têm sido tratadas de várias maneiras, pretendendo, cada uma, a solução que se lhe afigure melhor.

Com relação ao problema do café, — que já foi a base da riqueza paranaense, mas ainda é de real importância — é necessário que se diga que a posição do Sr. Deputado Reinhold Stephanes, dinâmico Secretário da Agricultura, quando em Londrina defendeu a tese da extinção do IBC, como órgão articulador da política cafeeira, é posição alicerçada nos fatos, na realidade, pois que no seu entender, o IBC tem somente dado despesas à Nação, sem trazer benefícios à cafeicultura, ao mesmo tempo em que as decisões vêm sendo pulverizadas em diversos órgãos.”

Como Sua Excelência, o Secretário da Agricultura, consideramos o sistema de cotas para exportação indispensável, mas discutimos o critério dessa distribuição de cotas, que beneficia apenas quatorze empresas, deixando as demais a ver navios, se assim se pode dizer.

“É não tem fundamento algum a alegação de que as cooperativas não possuem estrutura para exportar, porque já demonstraram, com outros produtos, e em maior volume em cruzeiros, terem capacidade para isso, lembrando o Sr. Secretário que, através das cooperativas, os produtores terão condições de obter maior participação nos resultados da venda do café.”

São dignos de atenta observação os dados enumerados pelo Sr. Secretário, quando afirma que, numa safra normal, com produtividade normal, em ano normal, a preço internacional de 1,40 dólar (um dólar e quarenta cents) por libra-pesc, o produtor poderia ganhar hoje entre dois mil e dois mil e quinhentos cruzeiros por saca. O intermediário fica com parcela de entre 500 e 1.000 cruzeiros, e o exportador embolsa de três a quatro mil cruzeiros por saca.”

Mas o maior sócio, ainda é o Governo que fica com cerca de sete mil cruzeiros, entre confisco (50 dólares por saca) e ICM.

Muito grave, Senhores Deputados, é a previsão do Sr. Secretário da Agricultura de que, a partir de março próximo, cerca de 54.000 (cinquenta e quatro mil) trabalhadores ficarão sem emprego na zona rural devido à erradicação definitiva de 114 milhões dos 130 milhões de cafeeiros previstos para serem erradicados, pois apenas 16 milhões serão replantados, enquanto os demais serão substituídos por outras culturas, destacando-se a soja e o algodão, que exigiriam volume de mão-de-obra três vezes menor”.

Senhores Deputados, assim como nos preocuparia, e a todo e qualquer cidadão investido de poder público e ao dinâmico Secretário, Reinhold Stephanes, o reaproveitamento de todos os funcionários do IBC, se desativado, precisamos desde já estudar a maneira de se dar trabalho aos 54 mil agricultores que deixarão a lavoura cafeeira e mais seus dependentes, mulheres, crianças, velhos que terão de ser aproveitados em outras atividades, sob pena de se ver agravada a crise dos “bóias-frias” em nosso Estado do Paraná, quando ninguém tem dúvida de que a meta principal do Governo Ney Braga é o homem, é o

trabalhador, urbano ou rural, responsável em grande parcela pelo desenvolvimento a que chegamos.

É preciso, é urgente, que se ponha em atividade os órgãos capazes de, — com a colaboração dos poderes públicos municipais, estaduais e federais e das comunidades paranaenses — trabalharem pela extinção do IBC, pelas fundadas razões já expostas e pela abertura de novas frentes de trabalho para os que serão abandonados, — com a erradicação de substancial área de cafeeiros — pelo desatendimento às reivindicações há tantos anos reclamadas pela cafeicultura do Paraná.

Estamos, pois, Senhores Seputados, solidários com o Sr. Secretário de Agricultura em favor da extinção do IBC, da defesa das cooperativas como órgãos estruturados para a exportação do café, e pela criação de novas atividades para os desativados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que realmente vivemos, Senhor Presidente, momentos de abertura. Pelo menos é o clima que se percebe, tomar conta desta Assembléia. Nestes últimos dois meses, várias emendas constitucionais têm transitado nos múltiplos gabinetes dos eminentes Senhores Deputados, buscando o aperfeiçoamento da Constituição Estadual, visando a sua justiça não só quanto aos fatos mas também com o novo clima para mudança do ordenamento Jurídico que contagia também e principalmente o Congresso Nacional.

Neste mesmo dinamismo que acode a cada um dos parlamentares interessados neste aperfeiçoamento, nós também, Senhor Presidente, visando clarear a situação jurídico-institucional, relativo aos servidores do Estado, entendemos ser oportuna, necessária e urgente a apresentação de duas emendas constitucionais.

A primeira, já refazendo uma proposta que apresentamos a este Parlamento e que por decurso de prazo não foi apreciada. Aquela relativa ao tempo de serviço para aposentadoria dos professores, visando adequar o texto constitucional do Estado ao que determina o artigo 200 da Constituição Federal.

Enretanto, como já havia uma proposta simultânea de um outro eminente Parlamentar do lado do PDS, achamos por bem, por motivos éticos, declinar daquela pretensão, e, apenas refazer a parte que diz respeito aos professores, texto esse, de nossa apresentação, que visa contemplar todos os professores com vencimento básico inicial de dois e meio salários-mínimos, fixados para o cálculo previsto na Capital do Estado.

É hoje visível, Senhor Presidente, que a dinâmica de trabalho, de luta da classe do Magistério, na última greve promovida e em consonância com a reunião feita com os Secretários da área econômica e parlamentares da Comissão de Instrução Pública, chegou-se ao denominador do Governo ajustar para 2,2% o básico inicial relativo a salário-mínimo regional para o professor do nível PA-1 e é exatamente para consolidar essa conquista, apenas dilatando um pouco mais este percentual de 2,2 para 2,5, que nós estamos apresentando esta emenda específica à Constituição do Estado.

Por outro lado, Senhor Presidente, como já se fala a nível federal, os funcionários públicos de há muito tempo vem buscando consolidar a pretensão do 13.º salário, e para ficar estabelecido um parâmetro legal, um preceito mandamental, um preceito constitucional em que o Governo não pode, de forma alguma, fugir ao seu cumprimento, é que estamos apresentando agora a emenda constitucional, instituindo o 13.º salário para o funcionalismo público do Estado e é nesta emenda, Senhor Presidente, que buscamos uma melhor posição para adequar a defasagem salarial também do funcionário público que hoje,

começa neste ano, a ter reajuste de natureza não somente anual, mas também duas vezes por ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema do IBC é um problema realmente sério. Em vez de benefício para o desenvolvimento da produção e comercialização do café e até mesmo para outras atividades, inclusive impostos, taxas, gerados pelo confisco cambial, estão sendo diluídos entre descalabros administrativos do Instituto Brasileiro do Café, negociadas de muitos dirigentes da autarquia cafeeira e uma corrupção generalizada que caminha entre as propinas, a facilitação do contrabando e o enriquecimento ilícito de muitos modestos funcionários à frente de responsabilidades de controle dos negócios do café.

Agravou-se a situação quando a corrupção se aliou com a incompetência na própria direção do IBC, perdendo-se as cotas do mercado internacional e nos transformando em produtor de segunda classe. E isso, no entanto, sem que as mordomias em larga escala e a corrupção fossem controladas.

Hoje, o clamor nacional pede a pura e simples extinção do Instituto Brasileiro do Café e a criação de um pequeno serviço de assistência técnica e fomento à cafeicultura no seu lugar. Acabar com a faustosa e inoperante grande estrutura, para criar uma pequena e eficiente estrutura de apoio.

Em verdade, seria apenas um ato formal porque nesta grande estrutura que é o IBC predomina o marasmo e a desativação. Apenas a cúpula da autarquia ainda se ceia do privilégio do poder, da mordomia e do desvio funcional. As agências e escritórios vivem às moscas, não porque o pequeno servidor não esteja obrigado ao ponto durante o dia, mas porque quase nada mais há para fazer.

Em contrapartida, existem os pequenos rezeiros e seus áulicos, que ainda fazem as fichas para promoções apenas no clube dos mais chegados e obedientes; que se reúnem para receber e distribuir presentes entre si; para distribuir diárias de viagens não feitas, de inspeções não realizadas. E até para assinar processo de incineração de café que não chega a ver o fogo, sendo posteriormente transformado em consumo.

Há os que assinam o ponto no dia e lá têm que ficar durante o expediente, sem nada a fazer, ou com pequenos serviços de uma rotina neurotizante. E há os que são dispensados de assinar no dia o ponto, e que trabalham em outros lugares.

Não estamos falando ao acaso. Em Londrina e em Curitiba, nas agências do IBC, os pequenos servidores do IBC estão sendo massacrados pela burocracia e prepotência daqueles que aproveitam o "final de festa" para manterem privilégios, para perseguirem pequenos funcionários, para realizarem festinhas de embalo em determinadas chácaras dos agentes do IBC, com bacanais, com mordomia e com muita bebida.

Essas denúncias já são públicas e aumentam com a decadência da autarquia.

É hora de por um paradeiro nesta situação. E quero fazer um aviso até pessoal, além de político; àqueles que estão se aproveitando dessa anomalia funcional do IBC — está chegando a hora de vocês também prestarem contas dos seus atos.

A administração do Sr. Octávio Rainho conseguiu apoderar a instituição de alto a baixo e as nomeações políticas de chefes locais como temos em Curitiba e Londrina e chefes regionais, deu o seu rebate final. Como já disseram inúmeras lideranças da cafeicultura: o IBC está morto; resta enterrá-lo e resta processar alguns dos seus principais chefes, a começar pelo Sr. Octávio Rainho, o rei da corrupção.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tinha razão o Ministro Hélio Beltrão da desburocratização, quando afirmou que um dos maiores males deste País seria a falta de confiança, o pressuposto quase sempre de que os homens são desonestos, ou que não falam a verdade.

O Banco do Brasil através de uma medida draconiana, tem instruído as suas agências para a cobrança dos IGF(s) de milho, arroz, feijão e sorgo, para que eles se façam, nas suas datas atrasadas, impreterivelmente, dando para que, ao dia posterior ao vencimento, não seja mais possível efetuar esse pagamento. Queremos protestar, Sr. Presidente, contra esta medida, que não é compatível com a filosofia e com a finalidade do Banco do Brasil, que é um Banco de desenvolvimento, um Banco voltado para os interesses nacionais; o Banco vê, em várias oportunidades — como esta é um exemplo — o agricultor, como um marginal, como homem que não merece sequer a atenção do órgão de financiamento oficial do Governo.

Queremos e pedimos, nesta oportunidade, apoio dos Srs. Deputados, para um requerimento que fazemos, nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado às entidades associativas dos municípios de todo o Estado um apelo no sentido de estabelecerem a isenção do pagamento da taxa de consumo de água para os consumidores de menos de dez metros cúbicos mensais.

Esta providência — já denominada de "cota-social" — tem sido aplicada em diversos municípios de outros Estados, com êxito absoluto, o que assegura a viabilidade da idéia entre nós, em benefício da população de baixa renda.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981."

Tivemos conhecimento hoje, por telefone, de várias agências do interior, que, a instrução que os gerentes do Banco do Brasil e que os Chefes de Carteira Agrícola ou Rural têm, é, da cobrança no dia; se vencer no dia 5, ou no dia 10, ou no dia 15 e não for pago, no dia 16, o contrato se transforma em aquisição pelo Governo Federal, não dando oportunidade ao agricultor que usufrua do IGF, que tem por finalidade, apenas, que o produtor possa assegurar o seu produto para que possa oferecer ao mercado, para que possa vendê-lo ao melhor preço. Com esta medida feita por um burocrata de segundo escalão do Governo Federal, não pode ter prosseguimento porque o agricultor não pode ser tratado dessa forma e dessa maneira.

Apresentados aqui, o nosso protesto, pedindo que este telex seja encaminhado ainda hoje, Sr. Presidente, para que medidas possam ser tomadas e que o nosso agricultor possa ser tratado de uma maneira civilizada e possa cumprir os seus compromissos como tem cumprido, dando, ao Banco do Brasil o privilégio de ostentar como o Banco que mais apresenta lucros no mundo, o Banco que mais apresenta resultados e, este resultado é produzido, graças ao sacrifício, graças ao trabalho do agricultor brasileiro. E nós não podemos permitir que este homem, o homem do campo seja tratado desta maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De cada dez mortes que acontecem no trânsito, sete são causadas por atropelamentos. O Brasil é hoje o País em que ocorre o maior número de atropelamentos em todo o mundo. Mais um recorde mundial, desta vez melancólico e a exigir providências.

É não se pode debitar este triste primeiro lugar ao simples aumento da frota motorizada em circulação. Anualmente, mais de 21 mil pessoas são vítimas dos veículos em nosso País e, o que é pior, o número de casos fatais vem aumentando.

Em termos proporcionais, nossos veículos matam mais que nos EUA, Japão, França, Alemanha e outros países desenvolvidos. Carecemos de uma melhor orientação para o trânsito, com criação de órgãos específicos a nível estadual, municipal e federal, bem como maior rigor em relação à legislação de penas e indenizações.

Não se trata aqui de crucificar, "a priori", todo motorista. Falta também, educação por parte do pedestre, mas este não é o culpado maior, uma vez que o veículo hoje, em especial o automóvel, não é só um meio de locomoção, mas de "status", de sensação de poder, o que faz seu ocupante considerar o pedestre um ser inferior.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, em particular, queremos abordar a segurança dos passageiros dos coletivos e fornecer subsídios para uma ampla campanha de orientação aos pedestres recém-saídos dos ônibus.

Diariamente, temos notícias deste tipo de atropelamento. Em viagens inter-municipais ou em trajetos urbanos, o passageiro, distraído e muitas vezes sonolento, desembarca de um coletivo e, sem a devida orientação, é colhido de surpresa por um outro veículo.

Sugerimos, a começar por nosso Estado e pela Prefeitura de Curitiba, uma ampla campanha publicitária, vinculada em escolas, jornais, rádios e principalmente televisão, no sentido de orientar os passageiros quando de sua saída dos coletivos.

O treinamento obrigatório de motoristas e cobradores neste tipo de orientação, a colocação de avisos de advertência à saída dos ônibus e um estudo mais cuidadoso em relação aos pontos ideais de parada dos coletivos, são medidas que, a curto prazo, devem trazer resultados significativos.

Temos visto excelentes filmes publicitários falando da eficiência dos transportes coletivos e da qualidade e requinte dos veículos. Somemos a isto uma melhor preparação dos motoristas, cobradores e fiscais no atendimento e orientação dos passageiros, bem como uma estratégia ótima não apenas do fluxo de coletivos, mas de segurança dos usuários.

Certos países, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como o Japão, depois que criaram órgãos específicos de Segurança Viárias, diminuíram em metade o número de mortes no trânsito.

Em nosso País, infelizmente, ainda falta fundamentalmente uma tomada de consciência frente ao problema. Nossa legislação de trânsito precisa ser revista, bem como sua aplicação.

Aqui ficam nosso alerta e nossas sugestões. Estamos conscientes que nada fazemos além da obrigação. Somos representantes do povo. E o povo não pode continuar, em escala cada vez maior, sendo vítima de atropelamentos impunes. Atropelamentos que são frutos da falta de orientação, de treinamento deficiente, da ausência de órgãos específicos responsáveis, da precariedade da fiscalização e de maior rigor no tratamento das causas que, diariamente, enlutam inúmeras famílias brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa concede a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os pioneiros da minha cidade, Prudentópolis, imigrantes como tantos que contribuíram para construir este Estado, estão hoje em festa. É que nesta data se comemora o Santo Padroeiro

adotado pelos ucranianos de Prudentópolis, São Josafat, cuja paróquia no mesmo nome centralizou e embasou a educação e a cultura, assim como perpetuou as tradições naquela cidade.

Hoje, portanto, é uma data muito importante para aqueles que, em 1897, chegaram em Prudentópolis, e que, de geração em geração, vêm levantando as paredes alicerçadas pelos sacerdotes oriental-ucranianos.

Prudentópolis, conhecida como "terra da oração", capital do mate, tem muito a dever à paróquia São Josafat. Centro de colonização ucraniana, receptora de centenas de famílias que para cá se jogaram no final do século passado, era natural que construísse um núcleo religioso ucraniano. E se diz núcleo porque aquela paróquia, querida dos habitantes de minha cidade, não resumiu suas atividades aos serviços religiosos.

Foi na Paróquia de São Josafat, hoje um conjunto de 21 unidades entre igrejas e capelas, que nasceu a escola de Prudentópolis, as associações religiosas, até um jomal em idioma ucraniano, que durante muitos anos circulou entre os imigrantes e seus descendentes.

Hoje são padres brasileiros que dirigem o núcleo paroquial. Cultivam, entretanto, as raízes daqueles que lançaram as sementes que se transformaram em vida e história da cidade.

Senhores Deputados.

Estamos hoje falando daquele que não é sequer o padroeiro de nossa cidade. É o protetor dos ucranianos e seus descendentes. Entretanto, é por devermos tantos a estes homens, que deixaram suas terras em busca de solo novo, que saudamos a data consagrada a São Josafat.

Não podemos esquecer nunca que a história de Prudentópolis, é a história da colonização ucraniana na região. Que a cultura de minha cidade amorfa seria, provavelmente, sem a presença viva dos usos e costumes que os ucranianos ali deixaram e que estão sendo eternizados. Nossa arquitetura, nossos alimentos, a música, a dança, tudo nos leva à origem da colonização. E esta tem ligações muito estreitas à religiosidade, uma característica presente na população prudentopolitana.

Nesta data, portanto, ao saudarmos a passagem da comemoração de São Josafat, estamos homenageando todo o povo da minha cidade, que vem, através da história, demonstrando que as ligações dos imigrantes foram bem aprendidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Após o fracasso confesso do INCRA, enquanto órgão responsável pela colonização e reforma agrária, proliferaram-se o número de colonizadoras que em lugar de garantir a terra ao homem rural a explora, e, depois expulsa da terra, acentuando o êxodo rural. O modelo agrícola adotado em nosso País vem sendo o principal fator para aumentar as contradições no campo. O privilegiamento da agricultura de exportação, as dificuldades de crédito para o pequeno agricultor — responsável pela produção de alimentos, e a conseqüente concentração fundiária só tem feito expulsar o homem do campo. Esta é a situação hoje, em nosso Estado, com nossa população sendo reduzida e as famílias fugindo para outras terras ou para as grandes cidades. Muitas colonizadoras, em vez de produzir o equilíbrio social democrático, planejado e organizando o reassentamento dos rurícolas, vítimas do capitalismo selvagem que se abateu sobre o campo, vem contribuindo para acelerar a desestabilização social no meio rural. Não só os colonos são enganados pelo canto de sereia. O Governo também, através do INCRA, é ludibriado com belos projetos, cujo único objetivo é o dinheiro fácil, as custas dos sonhos e ilusões de nossos irmãos

camponeses. Levas de famílias camponesas paranaenses, em sua maioria pequenos lavradores, são arrastados por propostas mirabolantes para o logradouro do sacrifício humano, onde são abatidos.

Assim procede, por exemplo, a Colonizadora Vila Rica, segundo denúncia assinada por 80% dos colonos levados aos projetos: BELEZA LESTE, BELEZA NORTE, BELEZA OESTE, SÃO MARCOS e SANTANA daquela colonizadora no Município de Santa Terezinha, no Estado de Mato Grosso.

Os colonos assianantes do documento de denúncia, relatam a mais selvagem e desumana forma de exploração a que são submetidos. Diz o documento que quando da aquisição dos lotes teriam que enviar para a colonizadora, junto com os documentos pessoais, uma procuração para um funcionário da organização, dando-lhe poderes para passar a escritura, abrir crédito bancário, fazer cadastro, e junto ao Banco do Brasil S/A - Agência de São Félix do Araguaia - MT - fazer financiamento fundiário.

Através desta procuração, cedida inicialmente ao Sr. Orlando Lopes Siqueira e substabelecida posteriormente sem prévia autorização dos colonos ao sócio-administrador da empresa, Sr. Gilberto Rezende Peres, este conseguiu crédito para lavoura branca (arroz, milho e feijão). Este crédito foi levantado e retirado diretamente do Banco do Brasil, em nome de colonos já residentes na gleba, sem prévia autorização, e inclusive em nome de colonos que nem residem ou até desistiram do empreendimento. Com o dinheiro do crédito agrícola em poder do referido funcionário, a empresa trabalhava por longo tempo atendendo, inclusive, as despesas da empresa com pagamento de salários e abertura de contas pessoais em outras agências bancárias: Banco Real S/A e Bradesco S/A de São Félix do Araguaia.

Os colonos passaram a assumir um compromisso bancário, sem direito a saber em que base de crédito, pois tanto o projeto que objetivava o crédito bem como o montante de crédito levantado era ocultado aos agricultores. O repasse da verba do custeio para a lavoura era feito pelo Sr. Gilberto segundo critérios próprios e a partir de quantias irrisórias para o pagamento do armazém, farmácia, e açougue. Mais tarde, sem maiores explicações, cortou-se o fornecimento do armazém, da farmácia etc., alegando simplesmente esgotamento de recursos.

Muitos agricultores abandonaram as glebas na circunstância de sobreviver no núcleo urbano ou retomando sem nada às suas cidades de origem. Outros, porém, com mais possibilidades de resistência passaram a cancelar as procurações com o funcionário e passaram a tratar diretamente com o Banco do Brasil os seus compromissos financeiros, os quais já se encontravam insolventes.

Somam-se a estes problemas, outros tantos, sempre dificultando o trabalho dos colonos. Entre eles, temos a enumerar problemas com o desmatamento, mudas de café deficitárias, atraso dos recursos, dificultando a implantação do trabalho previsto nos projetos, dificuldades de transporte com a falta de estradas e pontes, colonos sem escrituras, confusão de divisas etc. Todos os problemas são oriundos de compromissos assumidos pela colonizadora sem o devido atendimento.

Diz ainda o documento que muitos pereceram em consequência da malária, chegando em alguns casos, a matar toda a família, pois careciam de assistência médica adequada na região.

Após todos estes atropelos e sacrifícios humanos, vem a espoliação mais vergonhosa da história das colonizações.

A Superintendência do Banco do Brasil de Cuiabá resolveu fazer um levantamento das irregularidades em 1980. Talvez mais preocupado em se refazer do prejuízo que vinha tendo do que para vir do encontro de uma solução. Digo isto, porque segundo o documento, o próprio Banco do Brasil teria facilitado aos dirigentes da Colonizadora Vila Rica, a obter as informações das fichas bancárias dos agricultores em maiores dificuldades, e, assim, exercer a pressão do espólio, que passaremos a

relatar.

Hoje, o Sr. Rubens Rezende Peres, Diretor da Colonizadora, munido das informações obtidas junto à Agência do Banco do Brasil de São Félix, se propõe a sem-vergonhice da fazer ofertas àqueles colonos em dificuldades, oferecendo 30 mil cruzeiros ao alqueire de terras, a quem quiser vender.

E esta mesma terra é repassada, é revendida a outras novas vítimas que estão fazendo, — principalmente no Oeste do Paraná, aqui no nosso Estado, — a cem mil cruzeiros o alqueire.

Fica patente a espoliação, a exploração, a negociata, a especulação que fazem em cima da desgraça, da miséria de pobres agricultores, aliciados, arrastados e levados para aquela região.

E o pior, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse diretor força a venda, ameaçando que o Banco do Brasil irá executar a dívida.

Sendo assim, muitos já venderam os seus lotes. E, após descontar a dívida bancária, no ato do pagamento, perderam os seus três anos de sacrifícios, o seu dinheiro empregado, perderam o trabalho e as benfeitorias que lá construíram, porque saíram sem nada. A armadilha mafiosa foi muito bem bolada: "Se corre, o bicho pega; se pára, o bicho come".

Caso o agricultor deixar o lote para procurar recompor-se em outras atividades, será considerado abandono de atividade agrícola, e virá, como consequência, a execução judicial; caso o agricultor ficar na insolvência de sua situação financeira, se vê forçado a vender o seu lote e sair para a rua da amargura, engrassando o êxodo, o desemprego, enfim, a miséria que grassa na periferia das grandes cidades.

Este é o destino de milhares de famílias de lavradores, que se dispõem a trabalhar para o progresso da Nação. Mas, na verdade, são utilizados, são instrumentalizados para abrir o caminho para o grande capital nas novas fronteiras agrícolas.

Malfetores, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acobertados, inclusive, por governantes corruptos. Facilitam a opressão do homem do campo, levando a Nação que, pelas suas características deveria ser o maior celeiro de alimento do mundo e, no entanto, ano após ano, aumenta o vexame da importação de produtos de primeira necessidade, colocando o custo de vida a um patamar cada vez mais elevado, gerando a fome, a miséria, a morte lenta e silenciosa, na noite escura, penetra nos lares das famílias brasileiras.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, custa-nos acreditar em projeto de colonização, muito bem elaborados no papel. Entretanto, o que vemos é que não está havendo seriedade, nem em seus empreendedores, nem nos órgãos de fiscalização que são do Governo.

Agora, após muitos protestos, muitas denúncias, principalmente dos homens da Oposição, houve, por parte do INCRA, um sinal de vida, um sinal de existência, quando cassou, recentemente, o registro de algumas colonizadoras.

Mas, a solução, para os casos onde o ato da exploração do homem pelo homem, já se efetuou, já se concretizou, continua a esperar uma resposta oficial deste Governo que aí está e que é o responsável direto por essas situações, pela omissão, diante do Estatuto da Terra, por citar um órgão do tipo do INCRA e não lhe dar a verdadeira estrutura para, realmente, atender o que está na consciência de todas as Igrejas e que é a reforma agrária.

E não foi por falta de alerta da Oposição, nem por falta de experiência histórica do Paraná. O Paraná tem a sua história de ocupação do espaço agrícola, o exemplo típico da ação sangüinária de uma colonizadora, muito conhecida por nós todos. E principalmente conhecidas pelas denúncias feitas pelo jornal "O Estado do Paraná", chamada Colonizadora Norte do Paraná, pertencente a grupos que ainda se encontram no exercício do poder, neste Estado. Quando, na verdade, deveriam estar é no Ahú, respondendo pelo genocídio praticado naquelas regiões. O

Paraná, onde se encontram mais de 40 mil alqueires de terras disponíveis, à venda. Segundo pesquisa feita pelo Instituto de Terras e Cartografia do próprio Governo, onde a infra-estrutura de estradas, escolas e hospitais, bancos etc., já está pronta, não pode compreender o motivo de seu esvaziamento populacional agrícola, em favor de outros Estados, a não ser pela incompetência.

Se houve seriedade no projeto de apoio ao pequeno agricultor, na programação do Governo Ney Braga, de que a meta é o homem. Se houvesse seriedade em tudo isso, talvez encontrássemos a solução ao homem sem terra do Paraná, aqui mesmo, no próprio Estado do Paraná. Evitando assim que nossos co-estaduanos venham a cair na desgraça armada por colonizadoras mal intencionadas.

Falta apenas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, seriedade nos propósitos tanto do Governo Estadual quanto das Colonizadoras, quanto do Governo Federal, em fazer com que esses empreendimentos sejam verdadeiramente sérios. E, se houvesse seriedade, se houvesse intenção séria, o que deveria acontecer? Deveria acontecer que, o Governo mandaria prender os homens que andam às soltas aliciando famílias paranaenses para jogá-las na desgraça, em outros Estados, através de projetos falsos, através da mentira de projetos de colonização. Portanto, levantamos hoje, o nosso protesto, não só pela liberdade que encontram, pela facilidade que têm nos meios de comunicação de, aliciar agricultores do nosso Estado e levá-los para o logradouro do sacrifício, ao Mato Grosso ou ao Paraguai, mas, levantamos também o alerta para que o Governo preocupe-se urgentemente em fiscalizar e colocar seriedade nisso, porque, com a vida de milhares de famílias de colonos, com a vida daquele homem do campo tão bajulado nos dias 25 de julho, não se brinca! Com a miséria, com a malária, com a fome que grassa no campo e principalmente nesses projetos mal feitos, não se brinca, é coisa séria, é preciso ser respeitado porque é dali que vem o respeito à vida! É por isto que levantamos a nossa voz, para a defesa da família rural paranaense!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A mesma consulta é feita às Lideranças do PP, PTE, PDS, todas declinando.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, Propostas de Emendas à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constantes do expediente. — Recebidas. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado.

— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que prorroga por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no Art. 30 da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/81, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de utilidade pública a "Liga Londrinense de Futebol de Salão", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o "Instituto da Igreja São Carmelo Divino", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o "Sindicato Rural de Jataizinho", com sede no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

22 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 95/81), Proposta de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 1982. Parecer FAVORÁVEL da C.O., por maioria. Emendas publicadas em avulso, distribuídas aos Excelentíssimos Senhores Deputados. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 57/81), que aprova os convênios celebrados em 10/07/81 pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com os Municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/81,

(Mens. Govern. n.º 60/81), que aprova o convênio celebrado em 1.º/07/81 pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 64/81, (Mens. Govern. n.º 56/81), que aprova os convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios citados. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 80/81, (Mens. Govern. n.º 86/81), que aprova o termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras no Terminal Rodoviário daquele município. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 47.º aniversário do Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 34.º aniversário do Município de Jaguapitã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de estabelecimento de prazo de tolerância para pagamento, das contas de telefone, sem qualquer acréscimo, entre o dia 25 a 10 do mês subsequente. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando envio de apelo às entidades associativas dos municípios de todo o Estado, no sentido de estabelecerem a isenção do pagamento da taxa de consumo de água para os consumidores de menos de dez metros cúbicos mensais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja expedido Telex aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que nova orientação seja encaminhada às Agências do Banco do Brasil com relação aos EGF (Empréstimos do Governo Federal) de milho, feijão, arroz e sorgo, permitindo que as amortizações possam ser feitas no último vencimento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário de Segurança enérgicas providências contra o Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, por estar atentando contra a liberdade religiosa com abuso de autoridade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Comunidade Ucraina de Prudentópolis e do Paraná, pela passagem de mais um aniversário do seu padroeiro, São Josafat. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 92, 95, 96, 98 e 99/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 110, 128 e 129/81 e de Resolução n.ºs 76, 77, 78, 79 e 89/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 59, 60, 61, 62, 63 e 64/81.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32, 74, 78 e 86/81.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/81, (Mens. Govern. n.º 77/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios adiante mencionados:

Apucanara e Jandaia do Sul, em 10/07/81 e Assis Chateaubriand, em 22/07/81, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
 ROSÁRIO PITELLI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 55/81, (Mens. Govern. n.º 78/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto Federal n.º 83.436, de 10 de maio de 1979. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes com a interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado do Planejamento de Estradas de Rodagem objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto Federal n.º 83.436, de 10 de maio de 1979.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
 ROSÁRIO PITELLI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 56/81, (Mens. Govern. n.º 79/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios aqui nominados, objetivando co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios adiante mencionados: Iguaçu, em 18/03/81; Alto Piquiri, em 02/04/81; Assis Chateaubriand, em 10/04/81 e São João do Triunfo, em 22/05/81, objetivando a co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural na sede dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ROSÁRIO PITELLI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 57/81, (Mens. Govern. n.º 71/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Nova América da Colina, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 03 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de Nova América da Colina, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, de acordo com a programação para o exercício de 1981, do Programa de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ROSÁRIO PITELLI, — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 58/81,

(Mens. Govern. n.º 80/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando o planejamento e coordenação do desenvolvimento dos municípios que integram o Eixo Londrina-Maringá—METRONOR. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 26 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná — FAMEPAR, e os Municípios de Apucarana, Arapongas, Cambé, Cambira, Ibiporã, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Rolândia, objetivando planejamento e coordenação do desenvolvimento dos municípios de integrar o Eixo Londrina-Maringá. — **METRONOR.**

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ROSÁRIO PITELLI — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.